

A
7
A

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS,
REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO

----- ATA NÚMERO DEZ -----

----- (Mandato 2017-2021) -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, reuniu no Auditório do Liceu Camões, sito na Rua Almirante Barroso, número vinte e cinco letra B, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Arroios, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Anabela Martins Ferreira da Silva Valente Pires, coadjuvada pela Primeira Secretária, Maria José de Matos, e, na ausência do Segunda Secretária, pelo membro Ana Cristina Pocinho Coutinho que a Senhora Presidente chamou para a mesa com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- Ponto 1 – Intervenção do público; -----
 - Ponto 2 – Período antes da ordem do dia; -----
 - Ponto 3 – Leitura, discussão e votação das atas nº 08 e nº 09 das sessões anteriores;
 - Ponto 4 – Informação do Executivo sobre distribuição de Pelouros, delegação e subdelegação de competências nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais; -
 - Ponto 5 – Apreciação da Informação Escrita da Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, nos termos do disposto da alínea e) do nº 2, do art.º 9º, da Lei nº 75/2013; -----
 - Ponto 6 – Análise, discussão e votação do Plano de Atividades, do Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para 2019; -----
 - Ponto 7 – Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia de Arroios para 2019; -----
 - Ponto 8 – Aceitação de donativos nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 9º do Regime Jurídico das Autarquias Locais; -----
- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Jorge Manuel André Rodrigues, Joana D’Arc Fernandes Maniçoba Chouriço, Ana Gabriela Naré de Moraes Freire, Pedro Manuel Dias Louro, Gustavo Miguel Pinto Caixinha Marques dos Santos e Maria Luisa Valadas Carvalho. -----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Maria Lúcia Mittermayer Madureira de Almeida Saraiva Borges Leitão, José Manuel Cal Gonçalves e Maria Eugénia Saraiva Ferreira da Gama e Silva. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Vitor Carlos Teles Fernandes e Maria Eduarda Marrecas. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Margarida Antónia Antunes Barata. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Ana Luisa Martins Pereira Mirra. -----

----- **Do Partido “Pessoas-Animais-Natureza” (PAN)** – António Morgado Valente. --

----- Faltaram à sessão os seguintes Membros: -----

----- Maria Manuela Vieira Calado Gonçalves, que justificou a sua ausência e foi substituída por Ana Antunes. -----

----- Carla Cristina Barreto Madeira Silva, que justificou a sua ausência e foi substituída por Maria Luisa Carvalho. -----

----- Frederico Sapage Lemos Mira Pereira, que justificou a sua ausência e foi substituído por Maria Eduarda Marrecas. -----

----- Ana Júlia Ganço Filipe. -----

----- O Executivo da Junta esteve representado pela Senhora Presidente da Junta – Margarida Carmen Nazaré Martins, Secretário – Vitor Manuel da Cruz Carvalho,

7
A

Tesoureiro – Jorge Manuel Lavaredas Francisco, Vogal – André de Jesus Gomes, Vogal – Maria Adélia Pinto Caixinha, Vogal – Joaquim Maria Prada, Vogal – António José Serzedelo da Silva Marques. -----

----- Às vinte horas e dez minutos, constatada a existência de *quórum*, A **Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **Ponto 1 – Intervenção do público:** -----

----- **Freguês Luis Manuel Xavier de Castro** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa noite. -----

----- *Em primeiro lugar gostaria de saudar todos os elementos da Assembleia de Freguesia, o Executivo, a Senhora Presidente da Mesa e os demais Membros da Assembleia. Desejar votos de um próspero ano novo.* -----

----- *Em segundo lugar gostaria de chamar a atenção do Executivo para o aumento do número de sem-abrigo e desalojados a viver na Avenida Almirante Reis, nomeadamente debaixo das arcadas, que ao longo destes dois últimos meses tem aumentado significativamente.* -----

----- *Algumas destas pessoas que estão a viver debaixo das arcadas na Almirante Reis são pessoas que foram despejadas das suas casas em virtude da atual situação de especulação imobiliária que se está a viver.* -----

----- *Verificamos também e temos tido algumas comunicações de pessoas a dormir dentro dos bancos, nomeadamente das caixas multibanco quando se vai para tirar. Já estão a dormir na Praça do Chile, no Millenium BCP, no Montepio ao pé da cervejaria Portugalia e no Totta e Açores. Já se vêem pessoas desalojadas a dormir nestes edifícios. Isto é preocupante e penso que a Junta deve fazer alguma coisa.* -----

----- *Em nome dos “Vizinhos de Arroios” vamos começar a publicar imagens de várias situações que têm a ver com este drama que as pessoas estão a viver. Não só pessoas sem-abrigo, mas são pessoas desalojadas mesmo das suas casas. Ali na Almirante Reis há pessoas até em colchões, já marido e mulher a viver.* -----

----- *É um alerta e fazia uma pergunta, se a Junta tem algum plano de contingência para esta situação dos despejos, porque é previsível que a Freguesia nos próximos meses seja alvo, especialmente agora no início do ano, de maior movimento de especulação imobiliária e movimento de proprietários no aluguer para colocar as frações disponíveis em alojamento local.* -----

----- *Eu chamei à atenção recentemente que em Arroios já se alugam quartos a 1200 euros na Rua Francisco Sanches. Podia dizer o número, é no número 6, mas já se alugam quartos a 1200 euros por mês.* -----

----- *Alguma coisa tem que ser feita e a Junta tem que estar preparada, uma vez que nas outras Freguesias limítrofes de Santa Maria Maior e da Misericórdia há uma limitação ao alojamento local.* -----

----- *É preciso saber se a Junta de Freguesia está a pensar tomar alguma iniciativa, nomeadamente para apoiar as pessoas que são idosas e que se estão a ver forçadas a deixar as suas casas.* -----

----- *Gostaria de deixar uma nota ao Vogal André Gomes, que é quem tem a parte da higiene urbana, para chamar à atenção que os quinze membros dos “Vizinhos de Arroios” nos vários pontos da cidade participaram e comunicaram que tem havido uma melhoria na questão da higiene urbana, mas ainda há pontos dramáticos, em que não é suficiente a recolha do lixo.* -----

----- *Sabendo que há algumas limitações nesta área, há que comunicar que houve algumas melhorias nesta área, elas estão a ser assinaladas, são reconhecidas, mas ainda há muita coisa a fazer.* -----

----- *Era só isso. Muito obrigado.”*-----

4
7
A

----- **Freguês Henrique Garcia de Sousa** fez a seguinte intervenção: -----

----- *"Boa noite.* -----

----- *No dia em que recebi este jornal em minha casa, e acho que é interessante a Junta ter estes meios de comunicação, eu vi pilhas de jornais todos molhados nas ruas. Portanto, aquilo que era um instrumento interessante acabou por vir agravar um problema na Freguesia, que é o lixo na Freguesia, o que acaba por ser um bocado chato.* -----

----- *Eu tinha uma proposta a fazer: porque é que não é criado um sistema de subscrição do Jornal de Arroios e quem estivesse realmente interessado recebia o jornal? Evitava-se este desperdício, porque certamente o jornal não é grátis para a Junta, terá um custo que a Junta terá que suportar.* -----

----- *Foi exatamente no dia em que recebi o jornal que na Almirante Reis e na zona em volta do Campo Mártires da Pátria havia vários jornais no chão, rasgados e molhados, que tinham ido diretamente para o lixo.* -----

----- *Outra situação são os grafitis na nossa Freguesia. Eu tenho fotografias tiradas hoje na zona do Campo Mártires da Pátria... (fora do microfone) ...* -----

----- *Entretanto tinha sido dito numa das Assembleias que se a Câmara Municipal estivesse disponível para delegar esta competência a Junta estava disponível para assumir. Eu gostava de saber como é que ficou essa situação, se delegou ou não delegou.* -----

----- *Já agora, em relação ao alojamento local, este ponto é um bocado sensível porque realmente tem ajudado a aumentar a especulação imobiliária, o que acaba por ser mau para as pessoas que vivem em Arroios, mas quando se limita o alojamento local ele vai avançando para outras zonas da cidade. Ele foi limitado nalgumas Freguesias e não é preciso ser muito inteligente para perceber que ele agora vem bater em Arroios.* -----

----- *Eu gostava de saber se a Junta de Freguesia de Arroios está a pensar criar zonas onde vai limitar o alojamento local e que zonas são, porque se limitar numas zonas o alojamento local vai avançar para outras. Portanto, nós não vamos resolver um problema, andamos aqui a passar a "batata quente" mas o problema não se resolve e vai acabar por detiorar outras zonas da cidade. Portanto, ou acabamos por proibir o alojamento local em toda a Cidade de Lisboa ou então há zonas que vão ser prejudicadas para salvar outras. Isso é evidente.* -----

----- *É preciso também ter consciência de outra coisa, é que o alojamento local também é uma fonte de sustento do comércio local. Faço aqui várias comprar em Arroios e há dias estava numa loja de roupa e no tempo que eu lá estive entraram clientes e só uma senhora era portuguesa, os outros três eram turistas.* -----

----- *Eu não vim aqui fazer de "advogado do diabo", mas só dizer que é preciso ter algum cuidado porque se escorraçarmos os turistas de Arroios também corremos o risco de prejudicar o comércio local.* -----

----- *Infelizmente o comércio local não consegue competir com as grandes superfícies e as pessoas têm que pensar como é que vão gerir o orçamento e depois então pensar como vão comprar no comércio local para ajudar os comerciantes da Freguesia. Portanto, acabam por ser muitas vezes os estrangeiros que precisam de um pacote deleite ou um pão, não vão ao supermercado e acabam por comprar aqui.* -----

----- *É só preciso ter alguma atenção também quando vamos limitar, ver se não acabamos por, ao tentar proteger os residentes de Arroios, estar a prejudicar os comerciantes. Alerto só para esse ponto, convém fazer isso com alguma cautela.* -----

----- **O Tesoureiro do Executivo, Jorge Lavaredas**, disse que a intervenção do freguês Henrique Garcia de Sousa era quase esclarecedora sobre a dificuldade de lidar com esse tema. Dizia e bem na sua intervenção que a existência de quotas para o alojamento local

A
A
A

em algumas Freguesias agravava a situação noutras e eventualmente teriam que perceber se em Arroios iriam pelo mesmo caminho para travar um movimento que se sentia existir, mas por outro lado teria que haver cuidado para não “matar a galinha dos ovos de ouro”.

----- Isso demonstrava bem que o tema era difícil de resolver. Permitia a muitas famílias sair numa situação de maior dificuldade económica, nomeadamente aquelas que tinham rendimentos com o alojamento local, mas por outro lado gerava dificuldades económicas e de habitação graves a muitas outras famílias.

----- Uma abordagem simplista desse tema que muitas vezes era oferecida não era uma abordagem séria e que resolvesse a questão.

----- Não fazia sentido proibir o alojamento local, que era importante para a atividade económica da cidade, fazia sentido atuar sobre o alojamento local, mas fundamentalmente atuar sobre um problema que existia na Cidade de Lisboa e em Arroios em particular, o problema da habitação. Existia um problema grave de habitação acessível, não só em Arroios como em muitas zonas da cidade.

----- Haveria uma reunião descentralizada da Câmara de Lisboa no dia 9 de janeiro na Freguesia de Arroios, para a qual convidava a estarem presentes. Esse seria um dos temas que a Senhora Presidente iria colocar como central na sua intervenção, porque de facto era um tema muito complicado e que exigia respostas não só ao nível do poder local.

----- Não fazendo nenhuma distinção especial entre governos, o Estado Central tinha que fazer mais. Não era possível um problema dessa dimensão ser resolvido apenas com as autarquias locais, muito menos pelas freguesias e mesmo pelos municípios, nomeadamente o Município de Lisboa que estava a fazer um esforço enorme em termos de habitação acessível.

----- O Estado Central também tinha património relevante na Freguesia de Arroios e tinha que dar um sinal para a resolução desse tema. Teria que passar pela desafetação de algum do património do próprio Estado para afetar a habitação. Não era possível uma questão dessa dimensão e dessa transversalidade, tanto geográfica como social, ser resolvida apenas com as autarquias.

----- Lisboa não podia trabalhar separada de Loures, nem de Oeiras, nem da Amadora. O Estado Central tinha que assumir mais as suas responsabilidades. Quando falava de Estado Central era a Assembleia da República do ponto de vista legislativo, que urgentemente tinha que atuar e fazer passar as alterações legislativas que estavam já na forja, mas tardavam em acontecer.

----- Por outro lado, também na afetação de mais recursos para a habitação. Isso era central e com certeza que a Junta de Freguesia seria muito sonora e muito vibrante na forma como colocaria essa questão relativamente a Arroios, porque existia património em Arroios que podia e devia ser afeto à questão da habitação e até a outras questões, como creches, escolas ou centro de saúde.

----- Relativamente ao alojamento local, de facto verificava-se a questão. Havia um estudo recente feito pela Câmara de Lisboa onde já se verificava uma pressão de alojamento local significativa em algumas zonas de Arroios, nomeadamente no Bairro das Colónias, na Almirante Reis, na Calçada de Santana, no Bairro da Pena. Havia zonas já muito fustigadas pelo alojamento local.

----- Era tempo de olhar para esse tema e eventualmente usar os mecanismos que a Lei já permitia no sentido de atuar nessas zonas de maior pressão.

----- Em relação aos grafitis, a Junta já manifestara à CML a disponibilidade para assumir as competências dos tags. Era uma competência que teria de envolver recursos

A.
4
A

financeiros com algum significado, porque a situação estava dramática. Não valia a pena estar com “paninhos quentes”, a situação estava muito complicada. -----

----- A Junta de Freguesia iria colocar alguns recursos financeiros para aquisição de equipamentos de limpeza de tags, nomeadamente em cantarias, em pedra, mas quando estavam a falar de edificios envolvia outro tipo de recursos financeiros que a Junta não tinha, mas estava completamente disponível para assumir essa responsabilidade.-----

----- Os tags tinham um efeito em que, se não fossem atacados imediatamente, formava-se um efeito cogumelo e era o que estava a acontecer. Era uma situação que, se não estava fora de controle, para lá caminhava. A Junta faria o que pudesse com os recursos financeiros que tinha, masurgia atuar nessa matéria. -----

----- A Câmara tinha lançado um grande procedimento concursal para resolver esse tema, um procedimento que tivera impugnação judicial e, portanto, a Câmara estava impedida de lançar outro procedimento. Ficava uma situação um pouco difícil de gerir. Talvez passar algumas dessas competências para as Juntas também fosse uma forma de ultrapassar esse impasse jurídico-contratual em que Lei se encontrava, conseguindo-se melhorar essa situação. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que tinham acontecido diversas reuniões com a Câmara Municipal, com o gabinete dos direitos sociais, sobre a questão dos sem-abrigo. Tinha consciência do aumento de população, até porque muita gente estava em quartos que passaram a hósteis, pequenas pensões residenciais que passaram a hósteis.

----- Havia muitas reclamações da população que se enviaram ao gabinete e na próxima semana haveria uma reunião com o gabinete do Vereador dos direitos sociais e com diversas entidades envolvidas nessa área. Não era um problema da Junta de Freguesia, mas era um problema de todos e por isso criara-se uns anos antes um departamento para apoio a pessoas sem-abrigo, que tinha regras. Trabalhavam com o Centro Paroquial de São Jorge de Arroios e com a Igreja de Arroios, onde havia várias pessoas sem-abrigo a dormir. -----

----- Estava-se a tentar que houvesse outra forma de trabalhar a própria inserção das pessoas nas habitações existentes, que fossem inseridas nos apoios existentes. Não era fácil, 30% das pessoas que estavam na rua eram pessoas com problemas graves de saúde mental, pessoas que recusavam muitas vezes sair da rua. -----

----- Havia uma rede a trabalhar em conjunto, técnicos que trabalhavam em conjunto com a rede da Câmara e da Misericórdia, muitas vezes levando as pessoas às consultas, levando ao acolhimento da Misericórdia e nas diversas situações. -----

----- Uns dias antes um sem-abrigo tinha-lhe pedido apoio na Almirante Reis, tentaram diversas vezes que ele fosse às reuniões e recusara sempre ir porque dava imenso jeito estar na rua a arrumar carros. -----

----- Só queria explicar às pessoas que não eram situações fáceis, mas havia reuniões com todas as entidades que trabalhavam nessa área. No Regueirão dos Anjos tinham o apoio da Polícia Municipal para poder limpar, tratar desses bairros. Junto ao jardim Constantino tinham que ser apoiados pela polícia para poder lavar. Mesmo na Paróquia de Arroios tinham que ser acompanhados para lavar. Ainda no dia anterior o Padre Pedro lhe pedira ajuda e um quarto de hora depois estavam a lavar toda aquela zona.---

----- Era um trabalho de conjunto, não era um trabalho da Junta de Freguesia. As verbas que existiam eram da parte da Misericórdia, que tinha contratado com o movimento associativo, no caso da Freguesia com a Comunidade Vida e Paz, para sensibilizar e encaminhar as pessoas para viverem com outras condições. -----

----- A Junta tinha reclamado sobre a forma como funcionava o NAL de Santa Bárbara, que não estava a funcionar nos termos corretos. A Câmara estava a estudar a situação de

Handwritten marks: a signature, the number '4', and the letter 'A'.

viabilizar o contrato com outra associação, porque antes abria à hora do almoço e à hora do jantar, a própria associação tinha a chave para a casa-de-banho. -----
----- Não agradava a ninguém sair de casa e ver dejetos humanos. Era um problema de todos. De quinze em quinze dias eram feitas reuniões sobre esses assuntos. -----
----- A “CASA” tinha esse projeto, era paga pela Câmara, assim como a Comunidade Vida e Paz era paga para fazer esse encaminhamento. Existia toda essa cooperação e de quinze em quinze dias havia reuniões sobre essa situação. -----
----- **O Vogal do Executivo André Gomes**, respondendo ao Senhor Luis Castro dos “Vizinhos de Arroios”, disse que o Executivo ficava muito grato por terem verificado uma melhoria substancial na limpeza, num esforço do Executivo. -----
----- No Plano de Atividades e Orçamento para 2019 reforçava-se ainda mais a parte da higiene urbana. Era uma preocupação permanente e uma das previsões era até contratar mais pessoal. -----
----- **Ponto 2 – Período antes da ordem do dia;** -----
----- **Membro Vitor Teles Fernandes (CDS-PP)** disse que o CDS apresentava uma recomendação inserida nas comemorações do Ano Europeu do Património Cultural. Era o único partido que no Município de Lisboa apresentava essas recomendações, quer junto da Assembleia Municipal, quer junto da Freguesia de Arroios. -----
----- Apresentou o seguinte documento: -----
----- **Recomendação** -----
----- *“----- Restauro, conservação e valorização do chafariz do Largo do Mastro-----*
----- *Considerando que:* -----
----- *O Chafariz de Belém da autoria do Arquitecto Malaquias Ferreira Leal outrora situado no Largo Frei Heitor Pinto, actual Largo dos Jerónimos, foi inaugurado em 4 de Abril de 1848 e transferido para o Largo do Mastro em Arroios em 1947. -----*
----- *Chafariz em cantaria de calcário Lioz, apresenta uma arquitectura barroca e revivalista neobarroca e é composto por um tanque circular no interior do qual surgem plintos que sustentam uma coluna galbada em silharia fendida e com golfinhos adossados constituindo as bicas, sobre a qual surge um obelisco piramidal. -----*
----- *O Chafariz do Largo do Mastro foi classificado monumento de interesse municipal. Não obstante a classificação como monumento de interesse municipal o que implicaria a sua salvaguarda e valorização por parte do Município de Lisboa, o referido bem cultural não tem merecido a atenção e cuidados que o seu estatuto lhe confere. -----*
----- *O referido Chafariz é património do Município de Lisboa e a ele lhe cabe zelar pelo seu património, o que não se tem verificado atento manifesto estado de abandono e degradação em que o mesmo actualmente se encontra. -----*
----- *A União Europeia instituiu 2018 como o Ano Europeu do Património Cultural, tendo como objectivo chamar a atenção para o papel da cultura e do património no desenvolvimento social e económico da Europa e da sua população, incitando que entidades públicas e privadas realizem iniciativas nesse âmbito. -----*
----- *O CDS entende que a conservação, preservação e divulgação do património de Lisboa é um desígnio de todos, eleitos e cidadãos, que contribui para a preservação da sua história e identidade nacional e além-fronteiras, bem como, um alerta para a necessidade nevrálgica de proteger os monumentos nacionais ou de relevante interesse nacional e/ou municipal. -----*
----- *Deste modo, os eleitos do CDS-PP na Assembleia de Freguesia de Arroios, na sessão ordinária reunida a 27 de Dezembro de 2018, propõem que esta Assembleia delibere, nos termos do disposto da alínea j) do n.º 2 do artigo 9º da lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, na redacção em vigor, recomendar à Junta de Freguesia: -----*

A
y
A

----- 1. *Que desenvolva todas as diligências junto da Câmara Municipal de Lisboa ou junto da entidade que tenha a seu cargo a gestão deste Monumento Nacional, para que esta entidade proceda de forma urgente ao restauro e conservação do Chafariz do Largo do Mastro, de forma a restituir-lhe e conferir-lhe a dignidade inerente a um monumento de interesse municipal;*-----

----- 2. *Que melhore a envolvente do monumento, respeitando a Zona de Proteção que lhe foi conferida, através da criação de sinalética que proporcione a interpretação e contemplação do bem;*-----

----- 3. *Que desencadeie mecanismos de controlo de situações de vandalismo e de depósito de resíduos;*-----

----- Lisboa, 28 de Dezembro de 2018-----

----- Os eleitos do CDS-PP, Vitor Teles e Maria Eduarda Marrecas. ----- "

----- Continuando, informou o Executivo de que em 10 de setembro foram apresentados dois pedidos de esclarecimento à Junta de Freguesia. Pedidos relacionados com as recomendações que tinham sido aprovadas em junho e que não tiveram qualquer resposta. Um inferiram-se pelo desenrolar dos acontecimentos, outras não tiveram resposta.-----

----- Referia-se à recomendação para atribuição do nome de Anita Guerreiro a uma sala de cultura de referência na Freguesia e à questão relacionada com o levantamento por parte dos serviços da Freguesia aos obstáculos pedonais existentes, encetando medidas concretas para solução dos mesmos e todas as diligências necessárias com vista à incorporação de sinais sonoros na Freguesia de Arroios, bem como a inclusão do Largo Dona Estefânia e Rua Pascoal de Melo nas iluminações de natal 2018, o que não ocorrera.-----

----- Os eleitos do CDS lamentavam que as iluminações de Natal não tivessem sido incluídas. A resposta da União das Associações de Comércio e de Serviços escrita em 19 de outubro dava conta do envio por parte da Junta de Freguesia e do seu Executivo de uma carta em 4 de outubro. Nessa data seria impossível inserir qualquer coisa nas iluminações para o Natal de 2018.-----

----- Considerando que a recomendação tinha sido tomada a 28 de junho, sobejava tempo à Junta de Freguesia para mandar atempadamente à União da Associação de Comércio e Serviços essa informação. Era algo que os comerciantes daquela zona muito ansiavam e que uma vez mais viram gorado.-----

----- Em relação à atribuição do nome de Anita Guerreiro não fora prestado qualquer esclarecimento.-----

----- Continuavam sem ter a emissão do cartão de autarca, uma recomendação aprovada por unanimidade.-----

----- Sobre esses pontos gostaria de ter por parte do Executivo alguma resposta.-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** desejou um bom ano 2019 e que nesse ano o Executivo conseguisse desenvolver a sua atividade como devia fazer sempre e que durante 2018 infelizmente, por diversas situações internas, não fora possível exercer como deveria.-----

----- Em relação à piscina de Arroios, da leitura que fazia dos diversos documentos a informação não era muito precisa sobre o relatório das obras e para quando seria apresentado. Portanto, dada a importância da piscina de Arroios, não só económica como social, pretendia saber mais pormenores sobre o assunto e para quando o início das obras e a previsão para uma data de abertura à população. Todos sabiam que era bastante importante.-----

----- Gostaria também de conhecer o número de pessoas, entre adultos e crianças, que frequentavam a piscina de Arroios e que atualmente frequentavam a Academia.-----

----- Na Assembleia anterior tinha havido uma pergunta do BE sobre os trabalhos que as diversas comissões teriam exercido durante o ano 2018. Na altura não tinha feito intervenção, mas em relação à comissão de acompanhamento dos precários devia-se dizer alguma coisa. Era uma comissão que exercera as suas funções bastante bem, uma comissão de unidade e que estivera no exercício daquilo que se pretendia, a defesa dos trabalhadores em situação de precariedade. -----

----- A comissão tinha feito seis reuniões e o processo, felizmente, parecia estar nos seus finais. No Plano de Atividades ou na Informação falava-se em que seria feita a regularização de situações que estavam pendentes e que foram denunciadas por diversas vezes. A comissão estava nos seus finais e na semana anterior o Presidente da comissão, José Eduardo, apresentara a suspensão do seu mandato, mas era ele que elaborara o relatório e enviara aos restantes Membros. -----

----- Só se estava à espera que fosse marcada uma reunião. Tanto o Presidente como o Vice-Presidente pediram a suspensão de mandatos e, portanto, estava-se à espera que fosse a Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia a marcar uma reunião para se apreciar o relatório e decidir a continuidade ou não da comissão. -----

----- Quanto ao alojamento local, de facto era bom para o comércio local, era verdade que todos estavam a viver do turismo, mas não podiam deixar de evidenciar que a cidade não era feita de turistas, era feita de moradores. O comércio local também vivia dos seus moradores e tinha que haver algumas alterações de fundo, não bastava controlar determinados locais em quotas para o alojamento local. -----

----- Tinha que haver regulamentação para o alojamento local, que não passava só pelas zonas dos bairros de Lisboa, mas pelo País inteiro. Os governos centrais tinham que tomar uma posição, que não quiseram até ao momento fazer, para a regulamentação do alojamento local e a revogação da Lei 31/2012, a Lei do Arrendamento Urbano. Sem essas questões fundamentais para o assunto podia garantir que a situação dos despejos das pessoas não iria parar e cada vez havia uma tendência maior para que continuassem. -----

----- **Membro Maria Borges Leitão (PSD)** disse que a sua intervenção tinha um pouco a ver com aquilo que dissera a Membro Fernanda Lacerda relativamente aos grupos de trabalho. Tinham sido notificados para estarem presentes em algumas reuniões onde se formaram os grupos de trabalho temáticos, no seu caso estava no grupo da ação social e até ao momento não sabia exatamente, porque não fora informado e porque as reuniões simplesmente deixaram de existir. Sobre a questão dos sem-abrigo, que projeto seria esse que existia para os sem-abrigo com o Padre Pedro. -----

----- Tinha falado com o Padre Pedro, tinha tirado fotografias, no dia anterior foram a correr para limpar, mas o problema era que estava sujo de muitos anos, estava entranhado de tal maneira que não podia ser à mangueira da, provavelmente já teria que ser com escova de aço. Não bastava aquilo que se fazia normalmente para manutenção dos passeios. Havia zonas de Arroios onde a imundície estava de tal maneira entranhada que já não dava o sistema da manutenção comum, tinham que ser aplicadas medidas concretas e nomeadamente na zona da Igreja, mas havia muito mais sítios. -----

----- Havia becos e muita falta de iluminação da zona e esse era um problema que os comerciantes da Freguesia se tinham queixado. No seu caso fazia muitas vezes esse trajeto a pé, porque não havia metro, e ao final do dia as lojas ainda estavam abertas, mas era tão escuro que não se viam as pessoas na rua. Era uma questão de segurança.--

----- Compreendia perfeitamente o que se dizia sobre os tags e era uma batalha do PSD desde a sua campanha. A questão monetária era fundamental, mas os tags tinham a ver também com vigilância. Era uma questão com muitos anos e já estavam quase habituados a viver nisso, que não gostava, mas a questão era de falta de vigilância.

h
A

Quando o tag era atacado, depois tinha que haver vigilância e manutenção, ou com guardas noturnos, ou PSP, mas tinha que haver vigilância nas ruas. -----

----- Dava por si a caminho de casa a telefonar para o seu marido e a dizer que iam pessoas na sua direção, que não sabia quem eram. Isso não era maneira de viver na Freguesia de Arroios. Eram 21 anos a viver ali e nunca tivera necessidade de fazer isso. A zona de Arroios era convidativa para viver, não era só por haver rendas acessíveis, por ser mais barato. Tinha que ser mais barato, mas com qualidade. -----

----- Felicitava o novo Executivo e fazia votos para que corresse tudo bem. -----

----- A questão dos sem-abrigo não tinha que ver só com despejos. Já tinha 21 anos ali e conhecia a questão dos sem-abrigo. Gostava de ver mais explicado que verbas existiam para essa questão dos sem-abrigo e não era só na questão do alojamento e habitação, era saber que projetos existiam. Estava na ação social e não sabia. -----

----- A questão das casas-de-banho era sucessivamente colocada em várias Assembleias. Sabia que antes havia uma parceria com a “CASA”, em que eram feitos pagamentos e as pessoas conseguiam estar a trabalhar até às dez da noite, mas o facto de dar as chaves não resolvia e outras medidas tinham que ser tomadas. -----

----- Não era uma competência só da Junta. Quando se falava da descentralização devia-se falar também de uma coisa chamada princípio da subsidiariedade. Existiam muitas organizações sociais que podiam fazer parcerias. Por exemplo já havia com a Igreja, o Padre Pedro estava disponível para alargar a questão dos sem-abrigo, mas tinha que haver apoios. Tinham que ver esse assunto a fundo. -----

----- Os sem-abrigo em Arroios não era a mesma coisa que na Lapa ou no Restelo. Em Arroios era um fenómeno sociológico com muitos anos e que estava a tomar proporções que esperava que não fosse de descontrolo. -----

----- **Membro Maria Eugénia Silva (PSD)** disse que queria apenas fazer um pedido, que falara já na última Assembleia. Os moradores da sua zona pediram, se fosse possível, que o arvoredado encostado ao palacete do Champalimaud fosse cortado e pusessem por exemplo relva. Continuavam a ir lá pessoas fazer as suas necessidades e esse espaço podia ser usado para os animais fazerem as suas necessidades em vez de fazerem nos passeios, à entrada das casas, entre os carros. Duas senhoras idosas caíram e queixaram-se a si, porque morava ali perto. -----

----- Toda a zona do Intendente, Almirante Reis, Damasceno Monteiro, iam para ali passear os animais. Não era contra os animais, a questão era das pessoas terem cuidado. Não utilizavam os sacos e se calhar, se tivesse relva em vez de arvoredado, era mais fácil para os animais lá fazerem. Por muito que se pusesse á porta dos prédios para não deixarem os animais fazer os seus dejetos, as pessoas continuavam a passear-se por ali. -----

----- Outro pedido era de uma senhora da zona que mandava cartas, mails, telefonemas diariamente para a Câmara e os moradores daquela zona quase todos os dias tinham multas por estar o carro com duas rodas em cima do passeio e duas fora. A Presidente tinha e bem posto uns pilares com um espaço entre os prédios para as pessoas passarem e os carros eram postos na diagonal. Havia uma senhora que achava mal os carros estarem em cima do passeio, tinha falado com os polícias da Câmara e eles diziam que era uma coisa a ser tratada entre a Junta e a Câmara para chegarem a acordo de pôr marcação no chão. -----

----- Mesmo com o dístico de morador a polícia ia lá e multava todos, tendo já sido carros rebocados. -----

----- Agradecia que o Executivo tentasse dialogar com a Câmara e resolvesse a situação, marcar no chão para os moradores poderem estacionar o carro. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que no Largo da Bombarda as pessoas não podiam sair de casa e cerca de três anos antes fizera uma visita ao local com a CML,

A
M

porque os desenhos nos arruamentos não eram feitos pela Junta de Freguesia. Para não roubar espaço tinha-se feito em espinha. -----

----- A senhora que mandava para a polícia nunca tinha informado a Junta. Tinha pena que as pessoas não comunicassem, porque não bastava chegarem às Assembleias e era melhor muitas das vezes que informassem e dissessem o que se passava. -----

----- Aqueles pilares tinham sido colocados de maneira a que as pessoas pudessem entrar em casa, combinado com a população e a pedido da população. Por isso achava muito estranho que havendo esse processo na Câmara, que a senhora fizesse queixa e a Polícia Municipal tomasse outra atitude. -----

----- O chão tinha sido marcado pela CML mas até ao momento não tinha havido problema nenhum. Se tivesse essa informação podia falar com o Comandante Paulo Caldas e pedir à UIT para explicar que aquele local no Largo da Bombarda estava assim por definição da Câmara Municipal e não tinham o direito de lá multar. -----

----- Disse que quase todas as semanas falava com o Padre Pedro e o espaço do Padre Pedro era da Igreja. Ia-se lavar, mas não era da Junta nem da Câmara, não era um espaço público, pertencia à Igreja e o Padre tinha estado nas reuniões. Não podiam dizer que ninguém sabia nada porque o Padre estava nas reuniões com todos os serviços, com o delegado de saúde, com o Centro Paroquial, com as instituições que trabalhavam com os sem-abrigo, com a Câmara Municipal, a Misericórdia, por aí fora. Podia dar a lista de todas as entidades que estavam nessas reuniões, em que na última até estivera o Vereador dos direitos sociais. -----

----- Não era uma situação fácil, era uma situação difícil de se tratar. Não se podia pegar nas pessoas como marionetas e mandá-las para outro sítio, tinham os seus direitos. Podia-se chamar à atenção, como fazia muitas vezes. -----

----- Bastava ter ali a “sopa dos pobres”, com 400 pessoas a comer. Estava-se a discutir isso com a Misericórdia e com a CML, porque era impensável ter ali 400 pessoas a comer diariamente, que ficavam ali todo o dia. Isso não era possível, tinha que ser feito em pequenos grupos. -----

----- Explicou que a Anita Guerreiro tinha vivido num prédio particular e já acontecera ter pedido autorização para pôr uma placa e não autorizaram. Também tinha acontecido isso no prédio onde nascera o Doutor Mário Soares. Era preciso sensibilizar todo o condomínio. -----

----- **O Tesoureiro do Executivo, Jorge Lavaredas**, disse, em relação à recomendação apresentada pelo CDS, que a Junta de Freguesia já tinha feito um projeto e tinha um orçamento para a recuperação do chafariz do Largo do Mastro. -----

----- Recentemente fizera-se uma intervenção nas Escadinhas da Porta do Carro, com uma recuperação do chafariz que aí existia. -----

----- Estava no Plano de Atividades para 2019 uma intervenção no chafariz do Largo do Mastro. Era uma das zonas com propostas na Câmara para ficar em contrato de delegação de competências, a Câmara transferir para a Junta as verbas. Não só do chafariz, mas do próprio Largo do Mastro. Era uma zona lindíssima e não se conseguia ver em toda a sua dimensão porque estava mal ocupada. -----

----- Quase poderia dizer que se não chegassem a acordo com a Câmara, com certeza a Junta encontraria no seu Orçamento forma de fazer a recuperação do chafariz do Largo do Mastro. -----

----- Estava previsto o lançamento a breve trecho por parte da Câmara uma empreitada de recuperação do espaço público do Largo do Mitelo e do Paço da Rainha. Com isso ficaria a faltar apenas o Largo do Mastro e, portanto, fazia todo o sentido ser de uma forma integrada. -----

Q
M
A

----- Em relação aos requerimentos do CDS, pedia desculpa por não terem sido respondidos. No entanto, incluíra-se no próprio mapa do Plano de Atividades uma atividade que eram levantamento de todos esses obstáculos, seguindo uma proposta do CDS. Eram obstáculos de diversa natureza, alguns cuja atuação podia ser feita diretamente pela Junta de Freguesia, muitos deles eram caixas da EDP ou de telecomunicações, paragens de autocarro que não estavam bem localizadas, pilaretes baixos que já não se justificavam e eram ilegais. -----

----- Havia um conjunto de intervenções que tinham de ser feitas. Durante o ano 2019 iriam fazer o levantamento e a georreferenciação exaustiva de todos os obstáculos que impediam uma circulação adequada das pessoas nos passeios. Depois, junto das diversas entidades e a Junta de Freguesia naquilo que lhe coubesse, promover todas as ações para que fossem eliminados. -----

----- Quanto à iluminação de Natal, estava em Plano de Atividades uma ação no sentido de haver iluminações de Natal em mais áreas da Freguesia, nomeadamente aquelas que o CDS sugerira, mas podia ser noutras zonas como a área do Forno Tijolo. Havia áreas na Freguesia que tinham comércio, tinham movimento e justificava-se um alargamento das iluminações. Estava previsto para 2019, esperando ter sucesso junto da CML. -----

----- Relativamente à piscina de Arroios, fora concluído o relatório feito por uma entidade especialista na matéria, estava na posse da Junta de Freguesia e podia distribuir a todas as bancadas da Assembleia de Freguesia. -----

----- O relatório tinha sido entregue à CML e sob proposta da Junta era criado um grupo de trabalho. A Junta queria que dessa vez as obras da piscina fossem acompanhadas a par e passo pela CML. Todas as soluções que fossem implementadas no sentido da recuperação da cuba e de tudo o que tivesse de ser feito seriam indicadas por entidades contratadas, especialistas nessa área. Seriam sugeridas pela CML. -----

----- A Junta já se dispusera a pagar o projeto, mas queria que fosse a Câmara, que tinha departamentos com experiência nessa matéria, a indicar entidades para serem convidadas a fazer o projeto. Estava previsto que a obra fosse executada pela Junta de Freguesia ao abrigo de um contrato de delegação de competências, mas também acompanhada pela Câmara de Lisboa. Não queriam voltar a uma situação de ter que se interromper a obra, uma situação francamente desagradável. -----

----- Não conseguia dar uma data porque a intervenção na piscina era de várias centenas de milhar de euros. Do ponto de vista financeiro tinham algum saldo resultante do exercício do ano, mas esses passos tinham que ser garantidos. A ambição era que em setembro de 2019 pudesse ser reaberta, mas não seria fácil acontecer. Fariam todos os esforços para que isso acontecesse porque a piscina era um elemento muito importante para a Freguesia, para as pessoas, um equipamento social muito importante e que teria de ser reaberto o mais rapidamente possível. -----

----- Não lhe cabia fazer muitos comentários sobre a comissão de acompanhamento dos precários, uma comissão da Assembleia de Freguesia. Ainda assim, dizer que concordava com a Membro Fernanda Lacerda e com todos aqueles que diziam ter sido um trabalho relevante. Fizeram-se propostas e algumas delas foram atendidas de imediato, outras foram mais tarde. -----

----- A integração dos precários não tinha sido uma missão impossível, bem pelo contrário. A Freguesia de Arroios fora talvez a primeira a começar o processo e certamente das primeiras a concluir, sendo que algumas ainda nem começaram. Assumiam-se as responsabilidades com os trabalhadores, mas também o esforço do ponto de vista financeiro que isso implicava, pensando concluir com sucesso. -----

----- Deixava um agradecimento a todos, nomeadamente à comissão de acompanhamento pelo trabalho desenvolvido. -----

~~A~~
M
A

----- Disse que o Executivo estava sempre disponível para ir a todas as comissões no âmbito da Assembleia de Freguesia, mas eram órgãos distintos e não se ia impor às comissões da Assembleia. Estava sempre disponível para ir às comissões, ouvir as propostas e prestar todos os esclarecimentos.-----

----- Relativamente à questão colocada pela Membro Maria Eugénia Silva, tomava boa nota da sugestão e iria verificar se era possível fazer a alteração.-----

----- **O Secretário do Executivo, Vitor Carvalho**, sobre a questão do cartão de autarca, disse que a recomendação do CDS-PP teria sido na Assembleia de abril ou de junho e em setembro o Executivo apresentara uma proposta de modelo que acabava por ser retirada. A ideia não era ter dois modelos, um modelo da Assembleia e um modelo oficial que estava regulamentado pela Portaria 399/88. A ideia do cartão apresentado não estava conforme esse modelo. Na semana anterior tinha questionado os serviços sobre o ponto de situação do cartão de autarca e fora-lhe apresentado um primeiro modelo.-----

----- O cartão dos Membros da Assembleia de Freguesia era assinado pela Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa e o cartão dos Membros do Executivo era assinado pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Tinha em seu poder o cartão para os Membros da Assembleia de Freguesia, que já estava conforme a Portaria 399/88 e retiradas todas as questões apresentadas pelos Membros da Assembleia. Pedira também o modelo para o cartão para os Membros do Executivo, que era diferente.-----

----- Esperava muito em breve poder dar a boa notícia de finalmente existir o cartão para os Membros da Assembleia de Freguesia.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que o chafariz não era monumento nacional. A Freguesia só tinha um monumento nacional, o Cruzeiro de Arroios, que precisava de uma intervenção e urgente.-----

----- Tinha sido classificado primeiro como valor concelhio e depois acontecera uma alteração das servidões que a classificação patrimonial acarretava, passando a interesse municipal. Atualmente era um imóvel de interesse municipal.-----

----- Se fosse monumento nacional, tendo em conta as servidões que obrigava, nem sequer a Junta poderia planear alguma intervenção sem primeiro haver o parecer da Direção-Geral do Património Cultural, quem tinha a tutela do património nacional.-----

----- No site da Câmara existia informação sobre o chafariz, na página do património cultural estava essa informação.-----

----- Isso não retirava qualquer valor à proposta do CDS. Se o CDS concordasse em alterar os termos, retirava-se a designação de “monumento nacional” e substituíam-se por “interesse municipal”; retirava-se o ponto sobre o sítio da internet da CM porque já existia.-----

----- **Membro Vitor Teles Fernandes (CDS-PP)** disse que o CDS estava de acordo em alterar a proposta. No entanto, lembrava que no site da própria Câmara ele estava classificado como monumento nacional, inserido na zona envolvente ao Campo Mártires da Pátria. De qualquer forma, não se opunha a que a proposta fosse alterada. -

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação recomendação “**Restauro, conservação e valorização do chafariz do Largo do Mastro**”, apresentada pelo CDS-PP, com as alterações assinaladas, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por unanimidade.-----

----- **Ponto 3 – Leitura, discussão e votação das atas nº 08 e 09, das sessões anteriores;**-----

A
14

----- A Senhora Presidente da Assembleia, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a Ata nº 08, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por unanimidade dos Membros presentes na respetiva reunião.-----

----- Submeteu à votação a Ata nº 09, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por unanimidade dos Membros presentes na respetiva reunião.-----

----- **Ponto 4 – Informação do Executivo sobre distribuição de Pelouros, delegação e subdelegação de competências nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais;**-----

----- O Secretário do Executivo, Vítor Carvalho, informou a Assembleia sobre a distribuição de pelouros que a Senhora Presidente da Junta fizera entre os Membros do Executivo:-----

----- Secretário Vitor Carvalho – relação com a Assembleia de Freguesia; apoio ao órgãos e gestão das pessoas; substituto legal da Senhora Presidente.-----

----- Tesoureiro Jorge Lavaredas – finanças e património; sistemas de informação; mobilidade; espaço público e obras; estrutura verde e desenvolvimento sustentável; mercados.-----

----- Vogal André Gomes – relação com o cidadão; secção jurídica; contratação pública; higiene urbana; segurança e proteção civil; arquivo; instalações; frotas.-----

----- Vogal Adélia Caixinha – licenciamento; orçamento participativo; empreendedorismo; comércio local.-----

----- Vogal António Serzedelo – cultura e bibliotecas; interculturalidade; envelhecimento ativo.-----

----- Vogal Joaquim Prada – associativismo.-----

----- Para os efeitos dos números 2 e 4 do artigo 27º da Lei 169/99, de 18 de setembro, exerceriam o cargo de vogal a meio tempo Jorge Lavaredas, André Gomes, Adélia Caixinha e António Serzedelo.-----

----- A Senhora Presidente da Junta ficaria com os seguintes pelouros: ação social e saúde; infância e juventude, educação, desporto, bem-estar animal; comunicação e imagem; coordenação geral.-----

----- **Ponto 5 – Apreciação da Informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, nos termos do disposto da alínea e) do nº 2, do art.º 9º, da Lei nº 75/2013;**-----

----- Membro Fernanda Lacerda (PCP) começou por lamentar um pormenor que no fundo era bastante importante. Percebia a turbulência que existira nos últimos tempos e a Assembleia tivera que ser marcada para a última semana do mês de dezembro, a seguir ao Natal. No entanto, passara apenas um dia após o Natal e era tempo muito escasso para a leitura da extensa documentação, que tinha bastante conteúdo e devia merecer um pouco mais de tempo para se debruçarem sobre ela.-----

----- A Informação da Senhora Presidente tinha 96 páginas. Sabiam que muitas delas eram fotografias, gráficos, mas quando se queria ler exaustivamente os assuntos, eles passaram um pouco pela rama.-----

----- Em relação aos recursos humanos, num mapa da página 7 dizia-se que eram 121 trabalhadores em função e que no período de 16 de setembro a 7 de novembro incluía três saídas. Depois, no Plano de Atividades, referia 118 trabalhadores. Queria saber se eram 121 ou 118.-----

----- Era com agrado que verificava ter sido anexado o parecer manifestado em Assembleia anterior sobre o valor do subsídio de representação dado a chefes de divisão.-----

----- Nas compras e contratação pública também se verificava o anexo dos contratos públicos.-----

A
M
A

----- Havia algumas coisas que não tinha entendido, visto que em cima tinham consulta a três entidades, em baixo nos contratos públicos estava zero. Não tinha feito uma leitura exaustiva, mas os mapas eram de difícil leitura porque estavam muito pequenos.

----- Na ação social e saúde era preocupante, como tinham constatado alguns Membros da Assembleia, o aumento do número de pessoas a pernoitar na rua.-----

----- Tinha havido um abaixo-assinado dos moradores do Largo de Santa Bárbara. Aquela situação era preocupante e já tinha falado sobre o assunto. Os moradores não viam com bons olhos a situação das pessoas que ali iam comer e deixavam os lixos, deixavam dejetos, situações bastante preocupantes.-----

----- No “Arroios Consigo” havia uma informação desfasada em relação às pessoas que podiam usufruir do serviço. Na Informação falava em 65, no Plano era 55. Isso não era a primeira vez e gostaria de saber se era 65 ou 55.-----

----- Na página 26 havia um título que dizia “medida: metro”, mas o que estava a seguir não tinha nada a ver com isso. Não sabia se teria faltado alguma coisa.-----

----- Também no mapa da página 32 o total de crianças do GIP não parecia estar correto. Seriam 94 e não 74.-----

----- A higiene urbana nalguns pontos tinha melhorado. A seguir ao Natal assistira à recolha de muito lixo, porque havia muito lixo nas ruas, mas havia ainda muita coisa por fazer e nomeadamente a questão das folhas. Tinha a queixa de uma vizinha que caíra na Jacinta Marto.-----

----- O mapa da página 69 também não parecia estar apresentado de forma muito correta.-----

----- Quanto à posição financeira tanto nas receitas como na despesa a execução estava um pouco abaixo daquilo que seria previsto, 87,5% fazendo uma regra de três simples.

----- Nas receitas de capital havia uma percentagem de 45% e no texto não se via qualquer explicação para esse valor tão baixo.-----

----- Nas despesas estava a execução em cerca de 75%, sendo a comunicação e o marketing a que tinha um excedente acima da média com 96,76%. Todas as restantes rubricas estavam abaixo, destacando o espaço público e a reabilitação com cerca de 40%.-----

----- **Membro Vitor Teles Fernandes (CDS-PP)** disse que, relativamente aos recursos humanos, saudava o Executivo pela conclusão do processo de integração de precários e a abertura de um procedimento concursal para novos funcionários.-----

----- Na Informação dizia-se que o apoio jurídico dava esse apoio transversalmente a toda a Junta de Freguesia, mas parecia-lhe que era tangencialmente e não transversalmente.-----

----- O CDS tinha pedido ao Executivo da Junta que facultasse o regulamento do cartão “Mais Arroios” e a informação prestada não era o regulamento que supostamente estaria em vigor, mas sim uma informação que agradecia de que tinham surgido algumas alterações ao regulamento em vigor e quando estivesse concluído fariam chegar esse regulamento. O mesmo era dizer nada, ou havia regulamento ou não havia regulamento.

----- Não ia mal ao mundo por não haver regulamento. Aliás, já anteriormente constataram não haver regulamentos publicados de acordo com o que estava na Lei das Autarquias Locais, mas resolvia-se o problema.-----

----- O CDS gostaria de ter tido essa informação de uma forma limpa, se havia ou não regulamento do Cartão “Mais Arroios”. Se não havia, que se aprovasse e resolvesse. --

----- O CDS não via com bons olhos esse tipo de resposta, tanto mais que o cartão “Mais Arroios” envolvia parcerias comerciais. Era um regulamento de alguma importância, até porque era de eficácia externa e, portanto, gostaria de ter uma resposta do Executivo sobre esse assunto.-----

A
M
A

----- Na educação e juventude mencionava-se que na Escola EB+1 Leão de Arroios foram feitas pequenas obras de intervenção, mas não se lia em toda a Informação nenhuma preocupação com a falta de segurança nessa escola, as condições que 362 crianças inscritas naquela escola tinham que todos os dias superar. Calhava bem que o Executivo mostrasse alguma preocupação. -----

----- Sabia que grandes obras ou uma nova escola não cabiam nas competências da Junta de Freguesia, mas cabia ao Executivo defender os interesses dos fregueses. Se calhar era importante também a Junta mostrar preocupação pelos pontos menos favoráveis, nomeadamente por uma coisa que era pública e que era falta de segurança nessa escola.

----- Esperava que no próximo ano, para além das obras corretivas previstas, que o Executivo diligenciasse de uma forma muito ativa junto da Câmara e junto do Governo Central no sentido de acabar com a questão da Escola EB+1. -----

----- Todos os partidos ali representados tinham visitado aquela escola e era importante que na Informação Escrita fosse manifestada essa preocupação. -----

----- Quanto aos mercados, na Informação Escrita lia-se o seguinte: “destaca igualmente a existência do aumento significativo das taxas de boa cobrança em todos os mercados da Freguesia, estando alguns comerciantes com acordos de pagamento”. Isso era exatamente o que constava na Informação do ano anterior. -----

----- A questão era quais os valores que efetivamente estavam em dívida, porque mais à frente, na questão das Contas, havia um valor de dívida de 123 mil euros que em rigor havia de corresponder a taxas. Atestados passados pela Junta não estariam em dívida. -

----- Deixava uma vez mais essa nota, que seria útil para boa informação de todos e até de transparência do próprio Executivo, dissecar na Informação os valores em dívida pelos comerciantes em todos os mercados de Arroios. Ficava essa nota, esperando ver na próxima Informação Escrita devidamente detalhado. -----

----- Ao contrário daquilo que já tinha sido dito, realçava o desaparecimento da Informação Escrita sobre a questão do Largo do Chafariz de Dentro. Percebia a intenção, mas quanto à obra e intervenção estava omissa. -----

----- Finalmente, queria congratular o Executivo pelas obras no Campo Mártires da Pátria, que eram altamente desejadas por todos os moradores e que estavam finalmente executadas e bem. Os seus parabéns ao Executivo. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que tinha algumas questões para colocar e uma delas prendia-se desde logo com os anexos que foram amavelmente enviados com a Informação Escrita. -----

----- No anexo 3, referente ao espaço público, encontrava uma vez mais a questão suscitada já numa Informação anterior sobre o fechamento do circuito junto à Rua de Macau. Rua Forno do Tijolo, Rua de Macau e Rua António Andrade. -----

----- Na altura levantara a questão de que se fizessem o fecho previsto, no sentido ascendente da Rua de Macau fechar o acesso à Rua Forno do Tijolo, o trânsito teria que subir, dar a volta à Praça das Nações, descer algures pela Rua de Angola, fazer a viragem para a Forno do Tijolo a meio do circuito e fazer pela Forno do Tijolo o acesso à Graça. Se pretendessem fazer o acesso para a zona da Rua Maria, ou para a Travessa do Forno, ou à zona do Intendente, iria sobrecarregar a Praça das Nações. -----

----- A Praça das Nações já tinha uma sobrecarga de trânsito e se ainda por cima fossem sobrecarregar na Rua de Angola com a viragem à esquerda para a Rua Forno do Tijolo, iriam ter um emaranhado de trânsito muito pior do que já estava com as alterações que foram feitas. -----

----- Na altura tinha levantado essa questão e não sabia se, entretanto, ela tivera alguma evolução relativamente ao que sugerira, um estudo de tráfego para ver essa situação.---

A
M
A

----- Uma coisa podia dizer que pedira para ser feita, era que do tráfego descendente da Rua de Macau sensivelmente 27% virava na Rua Forno do Tijolo no sentido ascendente e o restante descia em direção à Rua Maria pela Rua António Andrade, depois bifurcava seguindo a rua do elétrico a caminho da Avenida Almirante Reis. Cerca de 80% do trânsito descia a Rua Maria e o resto seguia ou subia em direção ao Mercado do Forno do Tijolo pelo lado superior, onde era antigamente a sede da Junta de Freguesia.-----

----- O volume de tráfego que aí se fazia era de tal monta que se juntasse com aquele que já ia ter à Praça das Nações, quando se virava antes de descer a Rua de Macau, tornaria aquela zona intransitável.-----

----- Não sabia se o Executivo teria tido oportunidade de analisar essa situação ou não e se tinha alguma coisa a dizer. Era uma questão levantada já algumas sessões atrás e via-se que ela estava igual.-----

----- Agradeceu a informação que constava do anexo 2, o parecer da CCDR que fora distribuído sobre a questão do pagamento das despesas de representação aos chefes de divisão. Aproveitava para perguntar, uma vez que havia um pedido de informação à CCDR, se aproveitaram também para fazer um pedido de parecer sobre outra questão suscitada e que era a nomeação de chefes de divisão sem abertura do respetivo concurso e por quanto tempo essa situação se manteria.-----

----- Pedindo um parecer à CCDR sobre uma coisa valia a pena ter pedido sobre a outra, para se perceber que aquilo que estava consignado na Lei não fora cumprido e continuava a não ser cumprido. Não tinham conhecimento, a não ser que o Executivo dissesse que já abrisse concurso para esse efeito.-----

----- Havia um conjunto de situações que diziam respeito a obras realizadas. Na página 3 do espaço público havia a indicação de que a execução estava concluída. Na proposta era referida a limpeza e pintura envolvente. No entanto, o espaço continuava cheio de tags e não era só na zona da escada, mas no resto da rua. Quando diziam que a execução estava concluída, não sabia em relação a quê.-----

----- Na página 19 eram referidos trabalhos de requalificação propostos para regularização do estacionamento, mas não se diziam quais as zonas. Não havia referência à EMEL mas convinha serem mais específicos. Era feita a indicação de que haveria espaços para parques de bicicletas, mas também não se indicavam os locais. Sugeria que fossem próximos das estações do metro, das escolas, de outras zonas com grande afluência.-----

----- Não sabia se teriam acompanhado a situação não só da utilização das bicicletas, mas também das trotinetes. Tinham aparecido várias partidas, havia encontrões. Uns dias antes caíra uma senhora na Rua Maria atropelada por uma trotinete em cima do passeio. Saber se estaria prevista alguma coisa em relação a isso.-----

----- No plano estratégico de sustentabilidade referia-se à eliminação de plástico nas atividades da Freguesia. Saudava essa situação, mas sugeria a colocação de mais bebedouros, chafarizes, etc., ajudando a que esses tipos de utilizações fossem menos necessários.-----

----- **O Tesoureiro do Executivo, Jorge Lavaredas**, confirmou que o “Arroios Consigo” era 55 anos. Tentariam que da próxima estivesse coerente entre os dois documentos.-----

----- Quanto às folhas, o Plano de Atividades de certa forma dava resposta a isso e poderiam falar mais à frente sobre esse tema. Tinha que haver mais investimento tanto em meios mecânicos como em meios humanos.-----

----- Em relação à posição financeira, não estavam contentes com a execução do Orçamento, porque uma Junta que tinha um Orçamento inicial com cerca de cinco

3.

milhões de euros e tinham em banco mais de um milhão, queria dizer que não estavam a executar como deveriam. Tinham um desafio de executar melhor no próximo ano. -----

----- A parte positiva era que ao contrário daquilo que era dito, a Junta de Freguesia não só não estava falida como estava muito bem de saúde financeira.-----

----- Os dinheiros públicos resultavam das taxas e dos impostos das pessoas e tinham que retornar às pessoas em função do serviço que lhes era prestado, da melhor qualidade dos serviços. Estava certo de que no ano 2019 iriam conseguir aplicar o excedente que sobrava de 2018 e aplicar com mais eficácia o Orçamento de 2019, porque projetos e necessidades não faltavam na Freguesia para concretizar. -----

----- Uma questão levantada tinha a ver com o grau de execução das receitas de capital ser particularmente baixo e também na área do espaço público, isso devia-se fundamentalmente à empreitada que estava a ser preparada, o concurso do elevador entre o Mercado do Forno Tijolo e a Rua Damasceno Monteiro. Esse concurso tinha sido lançado, ficara deserto porque o preço base aparentemente era muito baixo. -----

----- Isso estava-se a verificar em toda a Cidade de Lisboa, mais nos equipamentos do que no espaço público, que os concursos estavam a ficar frequentemente desertos. Não era só na Junta de Freguesia de Arroios, como na própria Câmara e outras entidades. O mercado das obras estava muito aquecido e os preços subiram. -----

----- A Junta renegociara com a Câmara de Lisboa o contrato de delegação de competências, que segundo informação que tinha já estava aprovado em reunião de Câmara. Pensava que esse contrato ainda teria que ir à Assembleia Municipal e estariam em condições de lançar o concurso de cerca de 270 mil euros para concretizar esse investimento. Os 270 mil euros eram grande parte do desvio que a Membro Fernanda Lacerda tinha referido. -----

----- Quanto ao regulamento “Mais Arroios”, em Assembleias anteriores assumira-se que alguns dos regulamentos necessitavam de ser revistos. No caso do “Mais Arroios” ele não existia. Ainda assim, a atribuição do cartão “Mais Arroios” era feita de acordo com fórmulas que estavam estabelecidas e com toda a transparência desse ponto de vista. Isso sem prejuízo de ter que haver um regulamento de eficácia externa, que já estava realizada, feito internamente pelos serviços da Junta de Freguesia. No início do ano seguiria todo o processo normal de consulta pública e até ser aprovado na Assembleia de Freguesia. -----

----- Era o regulamento do cartão “Mais Arroios” e de toda a área social, todos os apoios sociais. Abrangia todas as temáticas que tinham a ver com a área social da Junta. -----

----- Na primeira reunião ordinária de 2019 com certeza estariam a aprovar esse regulamento e desejavelmente outros mais. No fundo era seguir um procedimento que já existia anteriormente na antiga Junta de Freguesia dos Anjos, mas percebendo que existiam dinheiros públicos envolvidos e que podiam ser usufruídos por pessoas externas à Freguesia. O regulamento seguiria o seu processo normal.-----

----- Relativamente à Escola Leão de Arroios, eventualmente seria uma falha da Informação Escrita, mas havia uma diferença entre ser oposição e ser executivo. Cabia à oposição ser mais vocal e mais incisiva, no fundo fazer um pouco mais de ruído no bom sentido da palavra para levantar os problemas, cabia ao Executivo usar as estratégias que considerava melhor para defender os interesses das crianças. -----

----- Se havia Vereador com quem tinham reuniões era com o Vereador da educação e dos direitos sociais. A Leão de Arroios era sistematicamente o grande tema na área da educação. A posição da Junta era muito clara sobre essa matéria. Aliás, a Senhora Presidente da Junta na própria Assembleia Municipal, da qual fazia parte por inerência, já manifestara essa posição. -----

A
M
A

----- Já tinham acontecido visitas da comissão da Assembleia Municipal à Leão de Arroios e a Junta já por diversas vezes dissera que rapidamente devia ser feita uma intervenção urgente para mitigar os problemas existentes. Havia a garantia da Câmara de Lisboa em que seriam reduzidas turmas no próximo ano letivo de forma a que houvesse menos carga na escola e melhorar as condições de usufruto da escola.-----

----- A Junta de Freguesia tinha sido muito clara em que aquela escola não tinha condições para funcionar no século XXI e, portanto, tinha que se encontrar uma solução alternativa à Escola Leão de Arroios. Já se tinham dado várias ideias e estavam a fazer muita pressão. Existia património do Estado na Freguesia que podia ser alocado também a essa função. Estava-se a fazer muita pressão para que pudesse ser feita uma escola noutra localização. Ainda assim, havia a garantia da redução do número de turmas e de algumas intervenções de emergência para reduzir alguns dos problemas existentes.-----

----- Relativamente aos mercados, iriam acolher a sugestão e na próxima Informação Escrita seria apresentada uma informação detalhada sobre a questão dos mercados. Ainda assim, durante o ano 2019 podia haver boas novidades.-----

----- Sobre a intervenção do Membro José Cal Gonçalves, disse que os desenhos apresentados eram ainda indicativos, não havia alteração significativa. Não iam promover alterações significativas dos sentidos de tráfego na Freguesia, o foco seria a melhoria das condições de atravessamento pedonal.-----

----- Em relação às trotinetes e bicicletas, no primeiro trimestre de 2019 seriam instaladas na Freguesia nove estações GIRA. Obviamente que preocupava a questão das trotinetes, porque estava um pouco desregulada, mas quando olhava para a segurança rodoviária aquilo que preocupava fundamentalmente eram os atropelamentos e os acidentes de automóvel. Nesse ano morrera o dobro das pessoas em Portugal em acidentes de automóvel e era isso que devia preocupar.-----

----- **Ponto 6 - Análise, discussão e votação do Plano de Atividades, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para 2019;**-----

----- O Tesoureiro do Executivo, Jorge Lavaredas, começou por dizer que na preparação do Orçamento estivera em primeira análise uma preocupação de forma que admitia ainda não ter sido completamente conseguida nos documentos, mas que em 2019 seria com certeza totalmente conseguida. Era fazer com que o Plano de Atividades fosse o mais extenso possível.-----

----- Quando se olhava para os mapas de despesa do Orçamento muitas vezes não havia a capacidade de perceber onde era feita a despesa. Tanto do ponto de vista da discussão política feita na Assembleia como do ponto de vista da transparência da própria despesa, isso não era positivo.-----

----- Optara-se por tentar que o Plano de Atividades fosse o mais amplo possível e espelhasse onde eram colocados os recursos públicos, exceto aquilo que não eram atividades e que era bastante na Junta de Freguesia. Só para recursos humanos, vencimentos e prestações associadas, estava cerca de 50% do Orçamento. Esse valor não estava em Plano de Atividades e mais um conjunto de despesa de funcionamento da própria Junta que não conseguia ser alocada a atividades.-----

----- O Plano de Atividades anterior tinha atividades no valor de cerca de meio milhão de euros e para 2019 tinha atividades no valor de 1,1 milhões de euros. Não estavam a aumentar as atividades, estavam a tornar mais transparente a forma como era apresentada a informação no Orçamento.-----

----- O Orçamento, de acordo com a Lei, era de cinco milhões de euros as receitas estruturais da Junta. Não se incluía o saldo de gerência, nem contratos de delegação de competências celebrados com a Câmara, ou um outro contrato que seria celebrado com a Câmara para reforço da higiene urbana. Os cinco milhões de euros iriam sofrer

A
M
A

alterações em alta ao longo do ano 2019, tanto na revisão de abril como em qualquer circunstância em que existisse um dado novo, nomeadamente uma assinatura de contrato com a Câmara para serem passados mais recursos. -----

----- Cerca de 50% desses cinco milhões estavam relacionados com despesas com pessoal. Esse valor tivera uma subida significativa, decorrente da integração dos precários. Ainda assim, já no Orçamento inicial de 2019 estava-se a prever um reforço de mais alguns elementos para a Junta, nomeadamente na área da higiene urbana, do espaço público e do licenciamento e fiscalização. Eram áreas importantes para a qualidade do espaço público.-----

----- Disse que o Plano de Atividades estava dividido em cinco áreas fundamentais, como a área dos direitos, da coesão e da inclusão, que do ponto de vista do Plano de Atividades tinha cerca de 533 mil euros e era uma das áreas mais fortes do Plano de Atividades inicial.-----

----- O Executivo, não fosse ele socialista, preocupava-se com a questão da coesão, da inclusão, dos direitos, mas as Juntas de Freguesia tinham poucas competências próprias nessa matéria.-----

----- O que a Junta de Freguesia fazia era realocar receitas para áreas que não eram competências próprias. No fundo iam muito para além daquilo que eram as competências nessa área, e bem, e assim continuaria a ser. Uma palavra especial para essa área.-----

----- No Plano de Atividades havia mais de 100 mil euros para a área da cultura e das culturas. Destacava-se o regresso do Arroios Film Festival, que seria realizado de dois em dois anos.-----

----- Uma área muito relevante era a da qualidade de vida e da sustentabilidade, a qualidade do espaço público e sustentabilidade ambiental. O Orçamento inicial já tinha uma expressão significativa do ponto de vista orçamental.-----

----- Se olhassem para os mapas do Orçamento da despesa, a área da higiene urbana tinha um aumento de quase 39% na alocação de recursos financeiros por parte da Junta e a área do espaço público tinha um aumento superior a 10%. Consideravam-se áreas centrais e que necessitavam de mais foco por parte da Junta de Freguesia.-----

----- Quando da incorporação do saldo de gerência e também da assinatura dos contratos de delegação de competências seriam reforçadas algumas áreas fundamentais, nomeadamente plantação de mais árvores. Havia na Freguesia algumas caldeiras sem árvores plantadas, não era uma competência da Junta de Freguesia, mas ainda assim iriam fazê-lo.-----

----- Eram necessárias obras nos postos de limpeza, proporcionando mais qualidade para os trabalhadores.-----

----- Seriam reforçadas as intervenções nos passeios e nas passadeiras e valorizada a arte urbana. A Rua Nova do Desterro era um exemplo que se queria multiplicar por outras áreas da Freguesia. Era uma das formas de combater os tags, chamar artistas urbanos para esse desafio noutras áreas, nomeadamente nas escadinhas que ligavam o Regueirão dos Anjos à Rua dos Anjos. Havia muitos locais da Freguesia onde a arte urbana podia ser promovida e iriam fazê-lo. Também seria reforçada a aquisição de equipamentos para limpeza de grafitis.-----

----- Na área da proteção civil tinham um grupo que fora muito eficaz aquando do furacão Leslie, mas detetara-se a necessidade de existir um centro de operações de emergência com um rádio fixo para dar apoio aos rádios móveis. Haveria alguns equipamentos audiovisuais, mapas georreferenciados com as zonas de proteção. Seria feito algum investimento na área da proteção civil, também fazer um novo plano local de emergência e tentando aprender com as experiências recentes.-----

A
M
A

----- Na área do bem-estar animal teriam que ver com a CML a questão dos pombais contractivos e também um processo de aquisição de abrigos para gatos a serem colocados na Freguesia. -----

----- Na área da higiene urbana haveria um investimento para adquirir varredouras mecânicas e aspiradores mecânicos. As folhas eram um problema complicado porque se não existissem meios mecânicos varria-se a rua e dois dias depois estava cheia de folhas outra vez. Elas estavam molhadas, as pessoas escorregavam e caíam. -----

----- Fariam o tal levantamento dos obstáculos existentes na Freguesia e depois começar a desenvolver projetos para a melhoria do espaço público. -----

----- Na área do comércio havia o compromisso com as iluminações de Natal, nomeadamente nas áreas faladas. Haveria uma proposta de criação de um conselho de desenvolvimento local de Arroios que juntasse as associações, os agentes económicos, os comerciantes, em que pudessem ser mais fortes e mais efetivos a fazer a mescla entre o público e o privado. -----

----- Estavam a concluir as intervenções no âmbito dos CDC's que foram assinados com a Câmara ainda no mandato anterior, com as intervenções nas escadinhas e no jardim Braancamp Freire, no Campo Mártires da Pátria. -----

----- Em 2019, independentemente de existir ou não a disponibilidade da Câmara, a Junta iria intervir no piso do jardim Cesário Verde. -----

----- A integração dos precários, a defesa dos direitos dos trabalhadores e das pessoas que permitiam a Junta fazer a sua missão e, por outro lado, a defesa de melhor espaço público, eram as duas notas mais marcantes do Plano de Atividades. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que da leitura do Plano de Atividades verificava que a visão do Executivo identificava e considerava algumas necessidades, como a dificuldade do acesso a habitação a custos acessíveis, manutenção do espaço público com necessidades adicionais de investimento na área da higiene urbana, necessidade de manter políticas sociais ativas de apoio aos mais idosos, crianças e jovens da Freguesia, pessoas em situação de sem-abrigo, melhoria da segurança pedonal, conclusão do processo de integração dos trabalhadores precários, propondo para a sua concretização um Plano de Atividades assente em cinco pilares. -----

----- O PCP concordava com o identificado. No entanto, da leitura feita, não via contempladas algumas questões importantes e fundamentais para a Freguesia. Por isso considerava incompleto. -----

----- Relembra algumas das sugestões feitas ao Executivo na reunião preparatória para a elaboração do Plano de Atividades e Orçamento, como a necessidade de construção de uma nova escola do ensino básico para fazer face à escola do Leão de Arroios, necessidade de mais creches e jardins de infância, acompanhar as obras do Liceu Camões. Não sabia se já haveria novo concurso ou não. -----

----- Ainda a divulgação do relatório sobre as obras da piscina de Arroios e o mais breve possível para dar início às obras necessárias, apoiar as associações, grupos culturais e desportivos da Freguesia, lutar pela revogação da Lei 31/2012, Lei do Arrendamento Urbano, exigir junto das entidades competentes o controle de licenciamento para alojamento local e abertura de hotéis na Freguesia, assim como a respetiva regulamentação para o alojamento local, acompanhar o andamento das obras da estação de metro de Arroios, melhoria do estacionamento na Freguesia, exigir melhores transportes públicos para servir a Freguesia, infraestruturas adequadas às pessoas com deficiência motora ou visual e uma adequada colocação de pilaretes e sinalética. -----

----- Era fundamental que fosse identificada uma série de situações de obstáculos na via pública que dificultavam em especial as pessoas com deficiência e pessoas idosas. -----

A
L
A

----- Também acompanhar o projeto da Colina de Santana, lutando contra o encerramento das unidades hospitalares Hospital de São José, Capuchos, Santa Marta e Hospital Pediátrico Dona Estefânia, acompanhar as condições de atendimento e prestação de serviços médicos nos postos médicos. -----

----- Finalmente, porque o Executivo nos próximos três anos devia ser ambicioso, o estudo de um projeto para criação e construção de um complexo de residência sénior que desse resposta às necessidades sentidas pela população da Freguesia, resultantes do envelhecimento, isolamento e/ou doença, onde se privilegiasse a prestação de serviços de proximidade, qualidade e dignidade em que várias valências pudessem e devessem interagir. -----

----- Relevava-se também o facto de se prever a abertura de três procedimentos concursais para 26 vagas, o que considerava muito positivo. -----

----- O PCP considerava o património fundamental e nessa reunião tinham falado com o Executivo porque no Plano estava que não era só o chafariz do Largo do Mastro que devia ter intervenção, mas outros também. -----

----- Sabia-se que por exemplo o chafariz de Santana não era responsabilidade da Junta, mas a Junta era o veículo de ligação para que fossem executadas obras ou quaisquer outras ações. Havia vários chafarizes e pequenos fontanários no jardim Cesário Verde, no jardim da Igreja dos Anjos, as Escadinhas da Porta do Carro. -----

----- A CDU na sua campanha eleitoral tinha feito um trabalho e um evento exatamente sobre os chafarizes da Freguesia. -----

----- Quanto ao Orçamento, verificava-se que as receitas correntes representavam 97% e as de capital 3%, o que considerava baixo visto que tinha a ver com investimento. -----

----- As despesas de investimento representavam 7,5% do Orçamento de 2019. -----

----- Aproveitava para fazer uma recomendação, porque se verificassem o Orçamento tinha as várias funções, mas depois elas não estavam agregadas, tivera que fazer um mapa Excel e no tempo limitado que tinham não era muito positivo. Nas suas contas as despesas com pessoal representavam cerca de 48% e era com agrado que verificava que as despesas com regime de tarefa e avença representavam só 1% no Orçamento. Esperava que não estivessem encapotadas algumas dessas situações de precariedade, por exemplo no pessoal especializado, ou em trabalho especializado, ou em estudos, pareceres e projetos. Esperava que não porque não devia ser. -----

----- Era com agrado que se via em regime de tarefa e avença um valor de apenas 45 mil euros, representando 1%. -----

----- Quanto às despesas de publicidade no valor de 31 mil euros para o jornal “AR Magazine” e outros, mantinha aquilo que já ia dizendo. O jornal era importante, mas não nesse formato nem com esses conteúdos, assim como a sua distribuição também teria que ser pensada. -----

----- Era verdade que se via desperdício e não chegava a todo o lado, no seu prédio deixara de ser distribuído, mas o formato e conteúdo deviam ser alterados. Não tinha razão de ser que se ocupasse uma página com fotografias. -----

----- Gostaria de saber ao que se referiam 22 mil euros com encargos de cobrança de receitas. -----

----- Verificava que para o Arroios Film Festival seriam utilizados cerca de 83mil euros, o que considerava importante, mas com um valor bastante elevado. -----

----- Arroios nas redes sociais com cerca de 27 mil euros também era um valor muito elevado e gostaria de ser esclarecida sobre a estação dos CTT no Forno do Tijolo que tinha um custo, segundo o seu mapa, de cerca de 40 mil euros. Havia lá rubricas que não pareciam ser da responsabilidade da Junta e sim dos CTT. -----

A
9.
4

- Queria ser informada sobre se o valor de 16 mil euros relativo ao orçamento participativo correspondia unicamente a algum projeto ou projetos que fossem de 2017, visto que de 2018 não havia, e que estivessem por acabar. -----
- **Membro Maria Eugénia Silva (PSD)** disse que na página 3 constava o seguinte:-----
- “As diferentes cores, sabores, culturas, músicas, danças, línguas, estão presentes em harmonia, respeito e prazer de partilha.”-----
- Não concordava. A realidade era que os comerciantes não eram tratados de forma igual, pois uns pagavam taxas e licenças diferentes.-----
- Na página 11, a criação em colaboração com a Câmara Municipal da Casa da Diversidade. Perguntou que coletividades seriam integradas nesse espaço. -----
- Na página 12 era referido o “reforço da... enquanto instrumento de integração e coesão social e cultural”. Ninguém lia, devia haver um sistema de subscrição para combater o enorme desperdício de papel e lixo que isso causava.-----
- Ainda na página 12, a criação de formação de tertúlias, workshops no âmbito dos direitos humanos, direitos sociais e saúde...”, perguntou se não seria mais inteligente promoverem formações sobre cuidados de saúde com especial atenção aos cuidados com os mais idosos, visto que tinham uma população envelhecida, os cuidados a ter com pessoas acamadas, suporte básico de vida, etc. Poderiam incluir na ideia que tinham de uma feira de saúde.-----
- Na página 14 era referido: “Dar continuidade à manutenção dos estabelecimentos de ensino”. Perguntou se era a distribuição de um livro por cada aluno, fomentando a leitura e a reflexão, bem como o início do ano letivo com palestras ou workshops, se o livro era oferecido independentemente da condição económica, quais as referidas palestras e se tinha sido articulado com conselhos pedagógicos ou conselhos gerais de escolas. -----
- Na página 15 era referida a oferta de material escolar. Perguntou se esse material era dado aos pais ou através de concurso público. -----
- Na página 16, “tornar o desporto acessível a todas as pessoas, oferecendo um leque de atividade física, desportiva, adequada, independentemente da idade, género e capacidade de limitações e gostos.” Perguntou quais eram as atividades.-----
- Na página 21, “solicitar que se aplique a algumas zonas de Freguesia medidas de limitação de novo alojamento local, ao ter sido limitado o alojamento em algumas zonas da cidade”. -----
- Na página 22, criar um ponto focal da Junta de Freguesia de recolha de sugestões e reclamações relativamente a situações disfuncionais relativamente a alojamento local”. Perguntou se isso era articulado com a Câmara. -----
- Na página 29, “promover o diálogo inter-religioso”. Perguntou como, quando e onde. -----
- Na página 30, para além do aumento do quadro de pessoal já previsto no Orçamento, previa-se um aumento significativo de investimento da Freguesia em meios materiais e equipamento, como fosse a aquisição de mais varredouras mecânicas, sopradores, veículos de carga e outros equipamentos. -----
- Ainda na página 30, a aquisição de equipamentos de limpeza de tags. Isso era uma competência da Câmara, perguntou se já tinha sido delegado na Junta. -----
- Na página 31 eram referidos vários pontos acerca de transportes. Perguntou para quando a requalificação das estações do Intendente e Anjos. Tinham uma população idosa e as escadas começavam a ser um obstáculo. Gostaria de saber se em Arroios seriam instalados elevadores. -----
- Perguntou porque não seriam instalados cinzeiros junto às estações do metro e paragens de autocarros, uma vez que havia imensas beatas. -----

A
M
A

----- Na página 32, “lançamento de campanha de sensibilização em matéria de comportamentos”. Perguntou quais eram.-----

----- Página 41, “promoção de ações de apoio ao consumo responsável, à redução da produção de resíduos desnecessários e à implantação de processo de economia circular”. Perguntou quais eram as ações, quais eram as medidas concretas.-----

----- Na página 47, “alargar o recurso ao concurso público como instrumento de contratação promotor de transparência”.-----

----- Ainda na página 47, “maior periodicidade e abertura à comunidade do Jornal de Arroios”. Tal como na Assembleia Magazine, devia haver um sistema de subscrição. --

----- **Membro Vitor Teles Fernandes (CDS-PP)** disse que tiveram oportunidade de manifestar junto do Executivo, aquando da audição o direito de oposição, que o CDS estava de acordo com a prioridade dada no Plano de Atividades para 2019 a questão da higiene urbana. Era fundamental que a higiene urbana fosse uma prioridade do Executivo e isso parecia inegável e unânime.-----

----- Quanto à Escola EB+1 Leão de Arroios já se tinha falado. As intervenções corretivas que constavam do Plano de Atividades 2019, todos perceberam que era pouco mais que isso.-----

----- Em relação aos mercados, constava que o Mercado de Arroios seria alvo de intervenção e davam a novidade de ser colocada uma estação de bicicletas GIRA. O CDS gostava de ter ouvido mais do Mercado de Arroios, não era uma prioridade colocar ali uma estação de bicicletas partilhadas. Gostaria de saber o projeto que o Executivo pretendia levar para o Mercado de Arroios. Falava-se que seria um projeto similar ao Mercado 31 de Janeiro, mas se calhar convinha pensar numa ideia inovadora para não multiplicar o mesmo modelo de mercado.-----

----- O Mercado de Arroios precisava muito mais do que uma estação de bicicletas partilhadas.-----

----- Quanto ao Arroios de Cultura e Culturas, deixava o alerta de que eram bem recebidas todas as atividades, tanto no Largo do Intendente como em toda a Freguesia, mas pedia ao Executivo que não esquecesse a questão das casas-de-banho públicas para não se repetir o que ocorrera no ano anterior, aquando dos festejos do Santo António. Que essa preocupação de higiene fosse extrapolada em todas as atividades lúdicas, culturais, por toda a Freguesia. A Junta de Freguesia tinha que dar o exemplo.-----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** saudou o Executivo pela apresentação do Plano de Atividades para 2019. Ainda assim, gostaria de deixar algumas referências em sentido construtivo.-----

----- Em relação ao Mercado de Arroios subscrevia a ideia do CDS-PP. Chegara a haver um projeto para a parte superior do Mercado de Arroios, um projeto de produção agro-biológica e a pergunta era se esse projeto tinha desaparecido, se a associação iria fazer alguma coisa, se a Câmara tinha isso em marcha. Se haveria alguma coisa para 2019, uma vez que estava previsto iniciar-se em 2017.-----

----- Outra questão que preocupava bastante e que não via referida no Plano de Atividades para 2019 tinha a ver com as obras do metro em Arroios. Era uma situação preocupante. O CDS-PP tinha colocado em devido tempo essa questão com uma recomendação e viam-se as obras praticamente paradas. O PSD estava muito preocupado com a situação de sobrevivência dos comerciantes.-----

----- Recordava que na altura tinha sido até objeto de alguma disputa sobre a interpretação jurídica quanto às questões de isenções de taxas, mas o que gostaria de saber era em que medida o Executivo tinha acompanhado essa situação e como se preparava para acompanhar em 2019. Pelos vistos as obras prometiam eternizar-se para

A.
M.
A.

além de 2019. Também saber que medidas de compensação poderiam ser pensadas para esses comerciantes, com o apoio e intervenção do Executivo da Freguesia. -----

----- Viam-se algumas referências “chavão” que eram interessantes, mas que gostava de perceber um pouco melhor sobre a concretização delas. Por exemplo falar de diálogo inter-religioso todos subscreviam, mas ficava-se por aí. Perguntou o que era essa intenção do diálogo inter-religioso. -----

----- Outra questão que via espelhada com agrado no Plano de Atividades eram os problemas da habitação, que no fundo eram levantados por todos os partidos. -----

----- Por exemplo, não se via referência no Plano de Atividades a uma questão que gostaria de deixar para reflexão, não só ao Executivo, mas a todos os Membros da Assembleia de Freguesia. Em 2016 tinha-se lançado numa determinada área da Freguesia um plano que era “compre agora, reabilite e pague depois” e havia três edifícios da Câmara Municipal vendidos dessa forma que continuavam iguais ou com mais degradação. Por exemplo um edifício património municipal quase em frente à antiga Junta na Rua dos Anjos, outro ao fundo da Rua Maria, em frente ao número 2. Eram património municipal dedicado a habitação e depois desse tempo todo nada se passava. -----

----- O PSD subscrevia as questões sobre a habitação, mas se calhar seria interessante começar pela chamada de atenção à Câmara para o cumprimento dos contratos de venda do seu próprio património. -----

----- O desenvolvimento sustentável era um tema que aprazia registar, também constante do Plano de Atividades. Ouvira-se falar que seriam adquiridos equipamentos para intervenção no espaço público e perguntava se nessa aquisição estava contemplada a perspetiva de sustentabilidade, se continuariam a ser com motores de combustão ou se iriam para outros modelos, nomeadamente o modelo elétrico. -----

----- O PCP tinha levantado a questão dos custos com os jornais e com os vários elementos de informação, comunicação, divulgação. No seu caso até tinha falado de propaganda em relação a isso. Também o CDS-PP tinha levado em boa altura, que o PSD votara favoravelmente, uma sugestão para que houvesse uma abertura desses jornais e até do próprio site da Junta à participação das várias forças políticas. -----

----- Passara-se quase um ano sobre essas propostas e o Executivo ficara de estudar essa matéria. Admitia que, com a recomposição do Executivo, até à próxima sessão teriam novidades sobre essa matéria. -----

----- Havia a perspetiva de reabilitação de várias ruas e recordava que a Rua Maria, principalmente no circuito por onde passava a linha do elétrico e na outra parte a seguir, estava em tal degradação que diria igual ou pior que alguns espaços das outras ruas que seriam intervencionadas. Se calhar era de repensar a hipótese de pelo menos esse troço ser intervencionado em 2019. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta**, sobre os edificados da Câmara Municipal, disse que o Membro José Cal Gonçalves já tinha estado na Câmara e sabia como funcionavam os serviços. Já tinha falado com o Doutor Furtado acerca do prédio na Rua Maria e tratava-se de uma pessoa que pagara o edifício por inteiro, mudara de morada e não se conseguia contactar. Dissera-lhes para contactarem judicialmente, para não estar sempre aquele espaço degradado. -----

----- O edifício da Rua dos Anjos tinha sido vendido a uma entidade privada, que pagara também na totalidade. Entretanto não fizeram e a Câmara tentara negociar a saída deles. A própria Junta solicitara à CML que o edifício da Rua dos Anjos número 44 passasse outra vez para a Câmara por forma a ser reabilitado, utilizando algum espaço na zona do Regueirão dos Anjos para apoio ao desenvolvimento local, dando outra imagem ao Regueirão dos Anjos e utilizando o espaço para questões sociais. -----

Al
M
A

----- Havia alguns edificadros que não eram só da Câmara, mas que a Junta iria pôr à Câmara na reunião descentralizada, porque havia espaços muito importantes na Freguesia. Convidava todos a estarem presentes porque era uma das coisas que tinham pendentes, não só isso como em relação às escolas, em relação às creches, em relação a mais jardins, a espaço público e até espaço cultural. -----

----- Existia bastante edificado, tanto do Governo como da Câmara Municipal, mas atualmente até mais do Governo, que podia ser proposto para a Freguesia. Isso além do projeto que a Câmara estava a fazer para reabilitação da Rua das Barracas e Rua de São Lázaro, habitação a preços acessíveis para pessoas jovens. -----

----- Era uma situação em que o Executivo estava bastante atento, mas eram questões que demoravam mais tempo, estavam em negociações com o Vereador Manuel Salgado e com o Doutor António Furtado. Essas questões eram postas quase mensalmente porque doía ver edificios degradados que podiam estar ao serviço da população, ou então que alguém comprasse e reabilitasse porque o mais importante era reabilitar. -----

----- **O Vogal do Executivo António Serzedelo** disse que tinha ouvido algumas das sugestões de trabalho e algumas delas integravam-se no projeto que já entregara à direção sobre a cultura, a multiculturalidade e os idosos. Por exemplo, para os idosos também tinha feito propostas no plano a saúde, como fora referido com alguma precisão pelo PSD. -----

----- Relativamente às conversas religiosas, tinha uma proposta concreta de convidar o Frei Bento Domingues, o Sheik da Mesquita de Lisboa, o Rabi da Sinagoga e o Professor Paulo Mendes Pinto da Universidade Lusófona para fazerem algumas conversas inter-religiosas na Mesquita. Depois logo veriam, em função do sucesso e do interesse que manifestasse, se seguiriam outras. -----

----- Como sabiam, na zona havia noventa nacionalidades. Provavelmente de algumas seriam apenas duas ou três pessoas, mas outras eram bastante numerosas. Com elas pretendia fazer alguns eventos, provavelmente uma feira das multiculturalidades, ir com elas às associações na Freguesia e tentar estabelecer relacionamentos entre umas e outras, entre a Junta e entre elas, para essa multiculturalidade ser bem conhecida. -----

----- Dentro de poucos dias enviaria por e-mail e mandaria também o seu telefone. Depois de lerem marcaria conversas entre todos para dizerem o que queriam acrescentar. Tinham três anos, algumas não se podiam fazer logo no primeiro, umas seriam feitas no segundo e outras eventualmente no terceiro. -----

----- Tinha proposto quatro conversas no Liceu Camões sobre a nova modernidade e os novos conceitos de modernidade. Isso só interessaria a um determinado núcleo de pessoas com um nível cultural mais elevado, mas havia que abordar essas questões um pouco à semelhança daquilo que se fizera no século XIX, “Conversas do Casino”, que depois foram fechadas à quinta ou à sexta vez. Esperava que não fossem fechadas e que fossem frutuosas. Pedia que sugerissem personalidades que pudessem levar mais valias a esse pensamento sobre o futuro. -----

----- Para o festival de cinema também pedia que propusessem algumas ideias, assim como para o Jornal de Arroios. Fizeram críticas e se calhar tinham razão, mas era preciso perceber o que achavam dever ser a ementa desses jornais, para ver em que medida se podia dar sentido a essa ementa proporcionalmente. -----

----- **O Tesoureiro do Executivo, Jorge Lavaredas**, sobre a questão da Colina de Santana, disse que partilhava parte das preocupações do PCP. A única questão era que não parecia bem um hospital central, um equipamento de referência em caso de catástrofe, estar colocado numa zona altamente sensível desse ponto de vista. Coisa diferente era relativamente aos cuidados primários e à saúde de proximidade, se isso não deveria permanecer mais no centro da cidade e isso parecia que sim. -----

A M

----- Existiam vastos espaços na Freguesia de património do Estado onde seria possível conciliar as diversas necessidades, tanto de habitação e espaços verdes como de equipamentos sociais, nomeadamente a questão colocada da residência sénior, como centros inter-geracionais, creches. -----

----- A Junta tinha propostas concretas sobre essa matéria que faria à Câmara e ao Governo no sentido de chamar essas entidades, nomeadamente o Estado, à sua responsabilidade nessa matéria. -----

----- Relativamente à estação dos CTT, de facto não devia caber à Junta de Freguesia assumir despesas para que o posto dos CTT funcionasse, mas infelizmente os CTT foram privatizados no tempo da troika em resultado de um memorando que até fora o PS a assinar e que fora o CDS e o PSD a concretizar. Parecia-lhe que o PS tinha assinado mais contrariado do que o PSD e o CDS tinham concretizado, mas era só uma opinião. Isso para dizer que era o problema de privatizar funções que eram quase monopólio tornava-se crítico em termos sociais. -----

----- O que a Junta de Freguesia tinha feito, ao fecharem os CTT na Rua Palmira, era tentar acordar com os CTT no sentido de as pessoas não ficarem sem posto de correio naquela zona e assumindo o custo de funcionamento do posto. O Estado vendia, o dinheiro ia-se e depois estava a pagar o que devia ser a empresa a sustentar. -----

----- A Junta assumira isso e queria que ficasse claro. De facto, havia um custo da Junta de Freguesia para ter um posto dos CTT. -----

----- Em relação ao orçamento participativo, só se colocara esse valor porque em 2018 não abria uma sessão do orçamento participativo que seria executado em 2019 e o valor que lá estava era para conclusão dos projetos que não estavam concluídos. Em 2019, ao abrigo de um novo regulamento, seria aberto um novo processo de orçamento participativo para ser concretizado em 2020. -----

----- Relativamente à questão dos tags, não tinha sido ainda delegado na Junta a limpeza dos tags pela Câmara. Ainda assim, a Junta assumia a aquisição de equipamentos para limpeza de tags. Em muitas situações a Junta fazia trabalho que não era da sua competência, mas se não fizesse ficavam todos a perder. Portanto, sempre que havia possibilidade e recursos, a Junta substituíam-se à Câmara, assim como a Câmara ajudava a Junta quando era preciso. -----

----- Se as entidades públicas ficassem presas às suas responsabilidades formais e não soubessem ter uma leitura do interesse público no sentido de se dobrarem umas às outras, o que acontecia era as pessoas ficarem com uma perceção negativa. -----

----- Disse que uma estação nova de metro teria que cumprir a legislação de acessibilidades. -----

----- Relativamente aos cinzeiros para as beatas, era uma medida que parecia válida e iriam acolhê-la. -----

----- Quanto aos chafarizes, já setinha feito uma pequena recuperação do chafariz da Porta do Carro e havia um projeto para a recuperação do chafariz do Largo do Mastro. Estavam focados em fazer mais. -----

----- Quanto aos wc públicos, a Junta já corrigira esse procedimento e o próprio Membro Vitor Teles Fernandes reconheceu isso. A Junta só licenciava eventos com a instalação de wc públicos portáteis. -----

----- Em relação ao Mercado de Arroios, estava-se em conversações com a Câmara no sentido de dar um novo impulso ao Mercado de Arroios. Isso não estava completamente expresso no Plano de Atividades, a questão não estava totalmente dirimida e não valia a pena lançar promessas que depois não fossem concretizadas. No entanto, havia a expectativa do Mercado de Arroios ter uma intervenção significativa do ponto de vista da sua ocupação no ano 2019 e com isso também algum arranjo do espaço público

Handwritten initials: A, M, A.

envolvente, de forma a tornar o mercado mais vivido tanto no interior como na parte exterior, em todas aquelas lojas. -----

----- Sobre a hidroponia, a Junta de Freguesia sempre apoiara esse projeto. Era um projeto de iniciativa privada, do ponto de vista do licenciamento da Câmara estava tudo bem, mas poderia haver questões com o financiamento. Não havia informação de que esse projeto fosse avançar, mas era importante que avançasse porque era de certa forma inovador. Estava fora do alcance da Junta poder apoiá-lo mais ainda.-----

-----Relativamente ao metro de Arroios, tiveram diversas reuniões com os comerciantes e com o Metro de Lisboa, na sequência de uma sessão pública que acontecera cerca de um mês e meio atrás. Posteriormente tiveram uma reunião com o departamento jurídico da CML no sentido de ultrapassar a questão das isenções de taxas. De qualquer forma, a Junta não tinha cobrado taxas aos comerciantes que eram diretamente afetados pelas obras e com a CML estava-se a encontrar uma formulação. -----

----- Se lessem com atenção o Regulamento de Taxas da Câmara de Lisboa, existia a possibilidade de isenção para obras municipais. O metro era uma obra de interesse municipal, mas o promotor não era o Município e, portanto, existia uma questão jurídica. Estava-se com a Câmara de Lisboa a tentar encontrar uma formulação que permitisse ultrapassar essa questão. -----

----- Sobre o desenvolvimento sustentável, estava no Plano de Atividades e iriam fazer um plano de desenvolvimento sustentável da Freguesia. Por vezes havia umas modas, eliminar o plástico e fazer umas coisas, mas, sem prejuízo dessas coisas que eram evidentes, devia ser pensado como um todo e a Junta de Freguesia ser consequente com isso. Não era preciso implementar tudo de uma vez, mas era preciso ir consequentemente atuando nas diversas áreas. -----

----- Na área da higiene urbana já havia aspiradores de folhas elétricos e iria ser privilegiada a aquisição de veículos elétricos. Fora passada recentemente pela Câmara uma carrinha elétrica para recolha de lixo e de monos. -----

----- As ruas referidas do Bairro das Colónias estavam muito degradadas, tanto do ponto de vista do pavimento rodoviário como do pedonal. Seria privilegiado mais o pavimento pedonal, até porque do ponto de vista orçamental era muito difícil atuar sobre o resto. Teriam que atuar junto da Câmara para que fizesse a outra componente. Toda a colina do Bairro das Colónias era uma das áreas em prioridade de intervenção ao nível dos pavimentos e nomeadamente os pavimentos pedonais. -----

----- O jornal não se tratava de propaganda, até porque se os outros partidos tivessem essa possibilidade certamente não lhe chamariam propaganda. O jornal podia ser enriquecido, mas no sentido de fornecer informações úteis para as pessoas. Mais do que textos políticos, fossem do Executivo ou dos partidos, era perceber que conteúdos podiam acrescentar valor às pessoas. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que o Vogal António Serzedelo tinha esquecido os evangélicos, com uma presença muito grande dentro da Freguesia, assim como os não religiosos. Tinha feito alguns trabalhos nessa área e era uma dimensão muito importante, mas estranhamente os não religiosos eram banidos de todas as esferas. Mesmo na estatística perguntava-se qual era a religião e não havia hipótese para a não religião.-----

----- Seguidamente, submeteu à votação o **Plano de Atividades para 2019**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 13 votos a favor (PS, CDS-PP, BE e PAN) e 5 abstenções (PSD e PCP). -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

R.
M.

----- Submeteu à votação o **Orçamento para 2019**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor (PS, CDS-PP e PAN) e 6 abstenções (PSD, PCP, BE). -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação o **Plano Plurianual de Investimentos para 2019**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor (PS, CDS-PP e PAN) e 6 abstenções (PSD, PCP e BE). -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 7 – Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia de Arroios para 2019;** -----

----- O Vogal do Executivo **André Gomes** prestou esclarecimentos sobre os reforços no Mapa de Pessoal. -----

----- A **Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia de Arroios para 2019**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 8 – Aceitação de donativos nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 9º do Regime Jurídico das Autarquias Locais;** -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que, segundo entendera, eram doações feitas para a composição do cabaz de Natal. Eram várias empresas que o faziam, a Matutano, Manuel R. A. Nabeiro Lda., El Corte Inglés, ASAD e Sovena SA. Perguntou se em relação a essas entidades estava apurado o valor do donativo. -----

----- A **Senhora Presidente da Assembleia** referiu que nos anexos estavam essas entidades. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** saudou a existência desses donativos. Apenas sugeria que de futuro cada donativo fosse votado em separado e não numa proposta única e que na própria proposta constasse o valor de donativo de cada entidade, para além da declaração que verificara estar em anexo. -----

----- A declaração não tinha que ir à Assembleia, porque decorria da Lei dos Benefícios Fiscais. Era na proposta que deviam estar indicados os valores. -----

----- A **Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Aceitação de donativos nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 9º do Regime Jurídico das Autarquias Locais**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Esgotada que estava a ordem de trabalhos, deu por encerrada a sessão, eram vinte e três horas e vinte minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO [assinatura] 2º.SECRETÁRIO [assinatura]
----- PRESIDENTE -----

[assinatura]